

## PANDEMIA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NARRATIVA DE PUBLICAÇÕES DO JORNAL O POVO

Celina Maria Linhares Paiva <sup>1</sup>

Gisafran Nazareno Mota Jucá <sup>2</sup>

### RESUMO

A Covid-19 mudou a forma de se viver no mundo. Por meses, a imprensa deu destaque para a catástrofe sanitária, que também afetou a educação. Mas como essas histórias foram contadas pela imprensa? Este trabalho tem o objetivo de analisar as notícias veiculadas nos seis meses iniciais da pandemia no Jornal O Povo que enfocaram as consequências do coronavírus para a *educação básica cearense*. É importante destacar que esse artigo traz escritos de uma tese que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). A metodologia utilizada foi a Análise Crítica da Narrativa. Com a análise, que também tem um caráter documental, chegou-se à construção de novos sentidos para a informação veiculada.

**Palavras-chave:** Pandemia. Educação Básica. Jornalismo. Análise da Narrativa.

### PANDEMIC AND EDUCATION: A NARRATIVE ANALYSIS OF JORNAL O POVO PUBLICATIONS.

### ABSTRACT

Covid-19 has changed the way we live in the world. For months, the press highlighted the health catastrophe, which also affected education. But how were these stories told? This work aims to analyze the news published in “O Povo” Newspaper, during the first six months of the pandemic that focused on the consequences of the coronavirus for basic education in Ceará. It is important to highlight that this article brings notes from a thesis that is in progress in the Postgraduate Program in Brazilian Education at the Federal University of Ceará. The methodology used was Critical Narrative Analysis. With the analysis, which also has a documentary character, new meanings were created for the information conveyed.

**Keywords:** Pandemic. Basic Education. Journalism. Narrative Analysis.

---

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9482-9757>. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Jornalista da Universidade Federal do Ceará. E-mail: [celinalinharespaiva@gmail.com](mailto:celinalinharespaiva@gmail.com)

<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0002-6240-2262>. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Pós-doutorado em História Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [gisafranjuca@gmail.com](mailto:gisafranjuca@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo foi surpreendido por um vírus letal, que se espalhou ao redor do globo com uma velocidade vertiginosa e obrigou as autoridades sanitárias a adotarem medidas, como o isolamento social, que ainda não tinham sido testemunhadas por uma parcela considerável da população mundial, especialmente a brasileira. Tudo aquilo que não foi considerado essencial – como escolas, atividades comerciais e de serviços - teve de ser suspenso para ajudar na contenção do inimigo invisível, o vírus SARS-Cov-2<sup>3</sup>, que atingia, naquele momento, uma parcela mais vulnerável da população, especialmente os idosos e pessoas com comorbidades, com sintomas bem agudos de uma síndrome respiratória.

Foi nesse contexto, que crianças e adolescentes de várias nacionalidades ficaram impedidos de ter acesso às suas creches e escolas. Só aqui no Brasil, país de dimensões e contradições imensas, 47,3 milhões de estudantes matriculados na Educação Básica – que vai da creche até o Ensino Médio - ficaram longe da escola e de toda a representação que essa instituição tem em suas vidas. De uma hora para outra, essas crianças e adolescentes ficaram sem os aprendizados, os afetos, a sociabilidade, a segurança que a escola oferece. Para um contingente imenso, houve também a interrupção da garantia nutricional que a merenda escolar representa.

A imprensa, neste momento crucial da História, cumpriu seu papel de informar à sociedade o que estava acontecendo, as formas de prevenção e contágio do vírus, os efeitos da pandemia para a economia, os desdobramentos políticos. Mas como os impactos para a educação foram mostrados nas páginas dos jornais? A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) fala em uma tragédia geracional, já que os impactos do que ocorreu durante a pandemia pode comprometer a trajetória escolar de uma geração inteira. Por isso, o objetivo deste trabalho se volta, justamente, para as narrativas que foram contadas sobre as consequências da pandemia para a Educação Básica na realidade cearense.

---

<sup>3</sup> O SARS-CoV-2 era um novo *Betacoronavirus*, que pertence ao subgênero *Sarbecovirus* da família *Coronaviridae*, a sétima linhagem de coronavírus conhecida capaz de infectar seres humanos. Em 2020, quando o mundo foi paralisado pelo vírus, o que se sabia é que ele estava desencadeando nos pacientes uma síndrome respiratória aguda bem severa e as primeiras notificações davam conta de um grande lastro de infecção e transmissibilidade.

## 2 METODOLOGIA

Um dos desafios encontrados no transcurso da pesquisa que está em andamento e de onde extraí este artigo reside nos aspectos metodológicos, visto que ela atravessa três áreas das Ciências Humanas: o campo da História, Comunicação e Educação. Então, necessariamente, o caminho proposto pela metodologia precisaria abarcar e interseccionar essas três áreas do conhecimento. Bauer e Gaskell (2008) afirmam, em seu livro sobre pesquisa qualitativa, que uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige a combinação de muitos métodos e dados sendo, dessa forma, bem-vindo todo o pluralismo metodológico. “A pesquisa social, portanto, apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são resultados e são construídos nos processos de comunicação”. (Bauer; Gaskell, 2008, p. 20).

Para os autores, esses dados sociais podem chegar até nós por meio de materiais sonoros, imagens e textos, sendo que esses últimos podem ser obtidos por meio da linguagem informal (no caso dos registros de falas espontâneas) e da linguagem formal, em que são empregadas técnicas específicas de construção de textos e na qual os jornais se enquadram. Por sua vinculação com o meio social, por permitir as manifestações de variados sujeitos, por ser escrita por indivíduos contemporâneos aos acontecimentos, a imprensa contribui para a ampliação das pesquisas no campo histórico-educativo, principalmente aquelas com enfoque micro (regional e local), na medida em que possibilita a construção de novos olhares e problematizações, bem como contribuem para a apreensão de variáveis que podem escapar da perspectiva macro. (Bosco, 2013, p. 1119)

Trata-se, portanto, de uma pesquisa hemerográfica, que toma por objeto de análise textos noticiosos de um dos mais importantes jornais do Estado: o Jornal O Povo, o mais antigo em circulação no Ceará e o único que ainda circula no formato impresso, mesmo que limitado à capital, o que explica a escolha pelo veículo. No total, recebi do Jornal O Povo 102 arquivos em formato PDF, que serão analisados ao longo do processo de pesquisa da tese. Para este artigo, analisei os arquivos que inseridos no intervalo que corresponde ao dia 16 de março de 2020 - data de publicação do decreto de isolamento social no Estado do Ceará, com o fechamento das escolas, creches e universidades - até o dia 01 de setembro de 2020, data de retorno das aulas presenciais nas escolas particulares de Fortaleza. No estudo empreendido, iremos apresentar dados mencionados nas reportagens, verificar quantas vezes os temas foram repercutidos, a frequência com que as notícias sobre pandemia e educação aparecem. Mas, na

mesma medida, será fundamental, para o aprofundamento do estudo, categorizar, analisar, contextualizar esse material, ou seja, qualificá-lo. Aqui nos apoiamos no que discorrem Bauer e Gaskell (2008) quando defendem que não existe, em pesquisa social, quantificação sem qualificação.

Por isso, propomos como estratégia metodológica para este trabalho a teoria proposta pelo professor Luiz Gonzaga Motta denominado análise crítica da narrativa. Esta é uma abordagem que vem se mostrando fértil para o campo das *hard news*, ou seja, aqueles temas que interessam ao jornalismo diário por permitirem uma reorganização temporal destes acontecimentos, já que é um método que combina uma dimensão mais cronológica com uma abordagem mais sintética, que transforma eventos aparentemente aleatórios em uma totalidade significativa.

Nada mais adequado para justificar a necessidade metodológica inicial, no caso da narrativa jornalística, de reunir os fragmentos dispersos das notícias isoladas em uma unidade temática coerente, passo a meu ver constituinte já da análise em si. Sem uma intriga não há estória, sem estória não há narração, e sem narração a análise da narrativa não é possível. (Motta, 2013, p. 99).

O autor parte do princípio de que a audiência - sejam leitores, espectadores, ouvintes ou internautas - são capazes de construir, de forma autônoma, o sentido da mensagem a partir dos elementos textuais contidos nelas, mas também por meio do contexto social em que estão inseridos, suas experiências de vida, memórias individuais e coletivas.

Outro aspecto bastante interessante do método proposto pelo professor Motta para o desenvolvimento deste trabalho reside nas interpretações feitas por ele sobre o tempo e a cronologia dos acontecimentos, o que nos aproxima dos estudos de História. O autor defende que a análise da narrativa jornalística remete às questões da história do presente, que tiveram seu horizonte expandido por conta dos meios eletrônicos, como a televisão e suas transmissões ao vivo e, mais recentemente, com a Internet e a instantaneidade das mídias sociais. Por isso, para Motta (2013), o jornalista é uma espécie de antropólogo da atualidade.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o decreto governamental que recomendou o fechamento das escolas no Ceará até a publicação do decreto 33.730, de 29 de agosto de 2020, que liberou o retorno das aulas

presenciais nas escolas particulares, o Jornal O Povo veiculou 21 matérias que se encaixam no macrotema Pandemia e Educação Básica e que serão objetos da nossa análise.

Sigo o caminho metodológico proposto por Motta (2013), que defende que a sintaxe narrativa é destacada quando o analista reconfigura os relatos originalmente propostos pelo narrador. Por isso, o autor, em sua obra “Análise Crítica da Narrativa”, que defende que um dos caminhos possíveis é reconstruir os fatos narrados para perceber qual é o fio condutor, o elemento principal que transformará aqueles textos noticiosos, com seus tempos e estilos característicos, em histórias com enredos, personagens, intrigas, clímax e desfecho. Ele traça, neste intuito, alguns procedimentos operacionais de análise pragmática que considera úteis para este processo, tais como a identificação das instâncias do discurso narrativo, as micro e macro narrativas e a tematização.

O analista precisa decompor e recompor a estória com rigor, identificar as suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e seus adjuvantes [...] a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação. (Motta, 2013, p.141).

Para esta fase da pesquisa, escolhemos trilhar o caminho da tematização, que é o processo de juntar fragmentos que orbitam em torno do mesmo tema. No caso da nossa análise, as matérias veiculadas ao longo de quase seis meses puderam ser reunidas numa única temática, que girou em torno do fechamento e da reabertura das unidades de ensino.

### **Abertura x fechamento das escolas**

Este tema reúne as matérias que fazem referência ao decreto governamental que fechou as escolas, no dia 16 de março de 2020, e, ainda, às matérias veiculadas a partir de julho de 2020, quando começou a ocorrer uma divulgação mais intensiva que antecedeu a reabertura das escolas particulares, de acordo com o Plano de Retomada Econômica fase 4, estabelecido pelo governo do Estado.

Nesta temática, o **acontecimento intriga está na dicotomia fechamento x reabertura das escolas** (grifo nosso), mais especificamente os estabelecimentos particulares, que foram os primeiros a serem reabertos, no dia 1º de setembro de 2020, após pressão e também resistência de diversos segmentos ligados à educação. No total, das 21 matérias

veiculadas pelo Jornal O Povo sobre pandemia e educação até setembro de 2020, 13 tocam nesta temática, o que corresponde a 62% das notícias veiculadas.

Os principais personagens envolvidos neste enredo são o Governo do Estado, que se personifica, em algumas narrativas, na figura do então governador Camilo Sobreira de Santana; a Prefeitura Municipal de Fortaleza, também representada pelo seu gestor, na época Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, e as pastas ligadas à educação das respectivas gestões. Outra personagem que aparece com frequência nas narrativas, especialmente quando a reabertura das escolas passa a ser discutida, são representantes do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Ceará (Sinepe-CE), especialmente o presidente, Airton de Almeida Oliveira, que são os antagonistas desta trama. Como personagens secundários, podemos apontar o Conselho Estadual de Educação (CEE), Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), Ministério Público do Estado (MPCE) e especialistas que são ouvidos esporadicamente, a depender da profundidade alcançada pelo texto.

É possível presumir, pela quantidade de agentes e vozes presentes nestes textos, que este aspecto da pandemia também é um assunto mobilizador, já que afeta diretamente o cotidiano de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como a dinâmica educacional do Estado, a rotina das escolas e dos seus profissionais. “As crises graves e agudas, cuja letalidade é muito grande e muito rápida, mobilizam a mídia e os poderes políticos e conduzem a medidas que, no melhor dos casos, resolvem as consequências da crise, mas não afetam suas causas”. (Santos, 2020, p. 22)

A história que inicia esta trama foi publicada no jornal no dia 16 de março de 2020. Ela anuncia para os leitores o decreto estadual Nº 33.510, que determinou a existência de uma situação de emergência em saúde e dispunha sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. Por mais que a manchete chame a atenção para a paralisação das aulas, os estabelecimentos de ensino – sejam públicos ou privados - não são o foco da notícia. O texto, na verdade, é um resumo descritivo do decreto publicado no dia anterior. Os verbos empregados pelo narrador – “*estabelece situação de emergência*”, “*dispõe sobre medidas de contenção*”, “*foi determinado*”, “*o governo recomenda*” - são um indício disso.

Figura 1 – Jornal O Povo, de 16 de março de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Especificamente sobre educação, a única referência direta é feita no lead<sup>43</sup> da notícia.

Dentre as principais ações divulgadas está a suspensão de atividades em escola e universidades públicas a partir de quinta-feira, 19, pelos próximos 15 dias, podendo a suspensão iniciar-se a partir de hoje, 17. O governo recomenda que as escolas particulares também suspendam as atividades. (Ramires, 2020).

É compreensível que, por ser um assunto de extrema importância e que abarcava diversos segmentos da sociedade, muitas eram as informações que precisavam ser repassadas no periódico. No entanto, para o leitor interessado neste tema, fica evidente que muitas perguntas ficaram em respostas: com as aulas suspensas, o que fazer com os estudantes? A Secretaria de Educação do Estado (Seduc) vai repassar alguma orientação para as escolas? Como será feita a comunicação entre a família e escola? Como fica a merenda escolar, item tão importante para a segurança alimentar de milhares de crianças e adolescentes cearenses?

Nenhuma dessas respostas aparece na notícia e nenhum ente foi ouvido, nenhuma escola, sindicato dos estabelecimentos de ensino, nenhum pai ou mãe, dirigente de escola, especialista em educação, nada. Por mais que, inicialmente, o anunciado fosse que as escolas ficariam 15 dias de portas cerradas, a experiência de outros países que enfrentavam a crise sanitária já sinalizava o contrário. Além disso, duas semanas, para a rotina escolar - o fluxo de aprendizagem, a sistematização das atividades, o planejamento didático - é um tempo considerável. Então, mesmo que as escolas tivessem passado apenas 15 dias fechadas, a narrativa apresentada pelo jornal nesta primeira matéria foi muito aquém da relevância do tema.

Figura 2 – Jornal O Povo, de 27 de maio de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

No entanto, é a partir de maio de 2020 que este tema reabertura x fechamento das escolas começa a entrar no clímax. A manchete da notícia acima já traz indícios da pressão que os estabelecimentos de ensino privado estavam fazendo pela retomada das atividades presenciais. Já na abertura da matéria há a menção a um plano de retorno que teria sido elaborado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) para comprovar a viabilidade da retomada das aulas presenciais. Este documento previa, inicialmente, o retorno das aulas para toda a Educação Infantil, os três primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio.

A explicação dada pela entidade é que com o retorno das crianças de até 08 anos para as salas de aulas os pais poderiam retomar suas atividades laborais. E, no caso dos estudantes da última série do Ensino Médio, a justificativa estava na necessidade de uma preparação mais intensiva por conta da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na época, a previsão do governo era que isso só ocorreria em julho, mas a entidade se colocaria, a partir daquele momento, como uma antagonista mais aguerrida em relação ao governo cearense no tocante ao fechamento das escolas: “[...] o retorno efetivo das escolas e instituições de ensino é previsto para 1º de julho, mas o adiamento de parte das aulas presenciais em escolas privadas e visto como necessário para a entidade”.

Motta (2013) reforça muito em seus escritos que é papel do analista ver o que está nas entrelinhas do discurso. O que não está dito no texto, mas está subentendido, é a dimensão econômica desta pressão. Chama a atenção que a matéria foi publicada, inclusive, na editoria de Economia. Como representante dos estabelecimentos particulares de ensino, o Sinepe exerce o seu papel social de defender os interesses de quem representa, mas isso não significa que seja o melhor para a totalidade da população. Do lado oposto, a Seduc reforçou, por meio de uma nota, que o retorno às aulas presenciais seguiria a orientação do governo do Estado.

A repercussão dessa matéria foi imediata. No dia seguinte, o jornal O Povo volta a esta temática, desta vez com uma reportagem mais ampliada sobre o tema. É o que chamamos, no jornalismo de *suite*, um termo de origem francesa (suite), que significa série, sequência. Esse recurso ainda não tinha sido observado no recorte analisado e é considerado um bom exemplo da hipótese da agenda setting, uma teoria da Comunicação que preconiza que

[..] a agenda da mídia, de fato, passa a se constituir também na agenda social [...] Assim, de uma forma mais simples, poderíamos dizer que os meios de comunicação ordenam os temas de relevância (agenda dos meios de comunicação). A partir daí, é que o público que acompanha, monta sua própria agenda – a agenda pública, que vai se relacionar com seu repertório de assuntos e de ações –, constituindo, assim, o nível inicial da opinião pública (Cajazeira; Souza; Antoniutti,, 2021, p. 179)

A tensão provocada pela notícia de um possível retorno ao formato presencial em menos de um mês pode ser percebida pelo texto da manchete (“*Pais e especialistas temem volta às aulas em junho*”) e também pelo emprego da expressão “*colocou especialistas em alerta*” usadas pelo narrador já nas primeiras linhas do texto. Como a própria manchete sugere, entram em cena, nesta reportagem, mais personagens que vão se opor ao antagonista, representado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino: a epidemiologista Lígia Regina Franco

Sansigolo Kerr, que integra o Comitê Científico de Combate ao coronavírus Consórcio Nordeste, o presidente da Sociedade Cearense de Infectologia, Guilherme Alves de Lima Henn, a presidente do Conselho Estadual de Educação, Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira, e duas mães de alunos: a engenheira Alana Firmeza e a advogada Roberta Facundo. Do lado oposto da trincheira, a matéria traz uma entrevista com o presidente do Sinepe e também a fala de um diretor e um professor de uma escola particular.

Figura 3 – Jornal O Povo, de 28 de maio de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Na fala de quem é contrário a abertura, o uso de expressões como *questionam*, *precoce*, *inseguro*, *precipitada*, *cautelosa*, *desfavorável*, *teme*, *não sei se tenho coragem* demonstram bem os posicionamentos de quem não concorda com a proposta apresentada. Para os defensores da retomada parcial das aulas presenciais, o uso de verbos e palavras que tentam passar a ideia de

planejamento e organização é percebido: *tem se preparado, forma racional, estudado, frisa, segurança, escolas não podem se furtrar, preocupação constante.*

A reportagem cita, reproduzindo uma fala da epidemiologista Lígia Keer, que o Comitê Científico estaria preparando um documento que seria apresentado no dia 1º de junho, com informações balizadas e endossadas por especialistas para avaliar o retorno gradual das atividades econômicas, o que incluiria as escolas particulares. Apesar do jornal não ter noticiado nada sobre este relatório, é factível crer que o governo se mostrou desfavorável à reabertura na data proposta pelo Sinepe, que seria o dia 17 de junho. Tanto que, neste dia, há uma nova notícia prevendo a reabertura das escolas particulares para um mês adiante, o dia 20 de julho, mas levando em contas muitas condições, que permeiam o texto do uso de palavras e expressões que passam a ideia de ressalva – *a nova data depende, caso se perceba alguma piora, há de se ressaltar.*

Outro aspecto novo que a reportagem traz é a possibilidade de estabelecimentos públicos e privados terem datas de retorno distintas: escolas particulares no dia 20 de julho e escolas públicas no dia 31. O Sinepe, inclusive, se mostrou favorável a essa possibilidade, tanto que aderiu imediatamente à proposta e passou a trabalhar pela criação de calendários diferenciados de retorno às aulas presenciais. “Cada uma inicia dentro das suas condições e possibilidades. O governante precisa ajudar a todos nesse momento. Ajudar a escola pública no que for preciso e entender que a escola particular se organizou para isso dentro de uma previsão de fase”, (Jornal O Povo, 2020) analisou a presidente do Sinepe, Andreia Nogueira. A alegação do sindicato foi rebatida pela defensora pública Mariana Lobo, num movimento que demonstra claramente que essas personagens estavam de lados opostos nesta trama. Para a defensora, permitir que as escolas particulares voltem antes das públicas fere o princípio da isonomia constitucional e, certamente, servirá para ampliar o fosso existente entre os estudantes das escolas públicas e privadas.

Motta (2013, p. 157) destaca na sua metodologia que as narrativas são carregadas de tensão e suspense para prender a atenção dos leitores. Geralmente, essa tensão é tênue no início do enredo, “[...] sobe quando se configura o conflito, pode crescer ou prosseguir elevada durante a complicação da estória e confluir para o clímax, onde a tensão será máxima, caindo para o desfecho”. Na narrativa criada pelo jornal O Povo sobre o fechamento e reabertura das escolas podemos perceber claramente essa dinâmica. À medida que as datas vão sendo lançadas, cria-se um clima de expectativa que vai se elevando a cada novo adiamento. No dia 15 de julho, a cinco dias do último prazo sinalizado pelo governo para a reabertura das escolas, o jornal dedica

mais uma matéria de página inteira para a temática. A indefinição e a expectativa são a tônica da reportagem.

Figura 4 – Jornal O Povo, de 15 de julho de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Os personagens que têm voz nesta reportagem são, justamente, diretores e coordenadores de cinco escolas particulares da capital cearense – Ari de Sá, Lourenço Filho, Colégio 7 de Setembro, Espaço Aberto e Farias Brito - o que só reforça o clima de ansia entre esse segmento da sociedade. Apesar do texto estar repleto de expressões que demonstram essa expectativa - *têm discutido intensamente como será o retorno às aulas no próximo dia 20; enquanto aguardam a publicação do decreto, estamos aguardando as definições que faltam;* - há também uma clara expressão de descrença e incerteza quanto ao retorno ainda em julho. A declaração do diretor-presidente do colégio Ari de Sá, Oto de Sá Cavalcante, deixa isso explícito: *“o momento é inédito, delicado e difícil e não temos uma data certa para o retorno”*. (Jornal O Povo, 2020). Pensamento que é completado pela declaração da diretora de outra grande escola local, Fernanda Denardin, do Farias Brito. *“A princípio as aulas estão previstas para o dia 20 de julho, mas existe um movimento que faz a gente acreditar que talvez isso não aconteça”*. (Jornal O Povo, 2020)

E, realmente, este conflito se arrastou por mais uns dias. A volta presencial nas escolas particulares de Fortaleza ficou para o dia 1º de setembro e o anúncio de mais um adiamento foi feito por Camilo Santana e Roberto Cláudio, então gestores estadual e municipal. O mês de agosto foi de intenso planejamento para solucionar pontos de gargalo, especialmente no que diz respeito à preparação dos estabelecimentos e capacidade de monitoramento de casos de Covid-19 no ambiente escolar. Escolas de grande porte e também as de bairro se preparavam para os protocolos que seriam, certamente, adotados para a volta às aulas, como sinalização dos espaços, aferição de temperatura na entrada dos estabelecimentos, uso de máscaras, substituição dos bebedouros coletivos para os de uso individualizado e estrutura para higienização das mãos. A publicação de matérias deste tipo dá a entender que, realmente, tudo estava pronto para o retorno e só faltava a decisão governamental.

Enquanto viviam essa expectativa de anúncio de data e adiamentos, as fontes e os discursos se repetiam bastante: como voz dissonante e presente em quase todas as matérias, o Sinepe, que apregoava que as escolas estavam prontas para o retorno desde 20 de julho. Reforçando o coro, encontramos falas de diretores e coordenadores de escolas. É válido destacar que o Sinepe, dias antes, havia lançado a campanha “Pelo Direito de Escolher”, defendendo que as escolas deveriam voltar a funcionar e cabia às famílias a decisão de mandar ou não as crianças e os adolescentes para a aula presencial. Neste período histórico, *shoppings*, academias, restaurantes e barracas de praia já estavam funcionando e era de algum modo comum ver famílias circulando por esses espaços, mas as crianças ainda não podiam voltar para a escola.

A campanha surtiu o efeito esperado e o governador acabou acatando o pedido de um modelo híbrido de ensino - em que parte dos alunos ficariam em sala de aula presencial e a outra parte permaneceria no formato remoto. Este anúncio foi feito em live realizada pelo governador no dia 03 de agosto e noticiada no jornal do dia 04. Podemos considerar então que, de certa forma, por mais que solitária, a pressão exercida pelo Sinepe foi bastante efetiva. Ela deu materialidade e voz a um grupo dominante no cenário econômico da cidade, representado por escolas de grande e médio porte, bem como por universidades privadas, que movimentam somas vultosas em um negócio bastante lucrativo. É que, como explica Bourdier (2009, p.11), as relações de comunicação estão permeadas por essa disputa simbólica. “As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) [...]”

Este enredo chega ao fim quando o governo, finalmente, anuncia o retorno das aulas presenciais, em formato híbrido, para alunos da educação infantil no dia 29 de agosto. Assim como ocorre em algumas narrativas literárias e televisivas, o fim da novela não trouxe nada além do esperado e tudo correu como o script intensamente repetido durante as últimas semanas: os pais poderiam decidir entre o formato presencial e remoto, apenas 30% do alunado estava autorizado a voltar e as escolas tiveram que adaptar suas estruturas para garantir as exigências sanitárias. A única surpresa foi a exclusão de turmas do ensino fundamental e do médio desse primeiro momento de retorno. Essa determinação gerou uma polêmica residual de que a decisão do governo teria sido motivada apenas pela pressão econômica do setor.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as consequências da pandemia, as marcas que ela deixou na comunidade escolar é de suma importância para elaboração de políticas públicas e também para direcionar as ações de quem está, de algum modo, envolvido com o processo da educação em nosso país. Por isso, esse olhar lançado sobre as publicações feitas pelo jornal O Povo nos seis meses iniciais da pandemia ajuda a entender melhor o jogo de forças envolvidos neste cenário, os atores envolvidos e o que estava em jogo.

A análise crítica das narrativas nos permitiu ver além do que estava exposto nas páginas dos jornais. O enredo revelou conflitos bem delineados, que giravam em torno da abertura e fechamento das escolas, assunto aglutinador e capaz de gerar muitas polêmicas e tensões residuais. A análise permitiu ver com clareza os personagens envolvidos e que tiveram voz nesta disputa, a saber: gestores públicos, especialmente o então governador Camilo Santana e, mais pontualmente, o então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio. Do lado oposto, os representantes do Sindicato das Escolas Particulares. Como vozes secundárias, pais e professores, que entravam para reforçar ou dissuadir as impressões repassadas sobre a polêmica da reabertura das escolas.

Foi possível observar, ainda, que a pandemia aprofundou os abismos existentes na educação. A análise empreendida aqui, diretamente, com o que Saviani (2012, p.33) descreve como teoria da educação compensatória, que coloca “sob a responsabilidade da educação uma série de problemas que não são especificamente educacionais”. Assim, alarga-se os limites da educação para abarcar outras responsabilidades, extremamente complexas, como questões relacionadas à saúde, família e nutrição, para citar alguns exemplos. Enquanto a escola

particular estava pronta e pressionando para voltar ao ensino presencial, os gestores da educação pública foram obrigados a reconhecer que não havia condições para isso e se ocupavam em resolver outros problemas, como a garantia da segurança alimentar e acesso mínimo à infraestrutura necessária para o ensino remoto.

Deste modo, o presente artigo demonstra que a tese em andamento tem muito potencial para revelar enredos, tramas e intrigas que compuseram as notícias e reportagens veiculadas pelo periódico ao longo dos três anos que compõem o recorte da pesquisa. Dessa forma, contribuiremos para lançar um novo olhar sobre a problemática que ainda afeta e compromete o desempenho de crianças e adolescentes e também dos professores e profissionais que acompanham a rotina das escolas.

## REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pública.

BOSCO, C. L. dos S. **Os jornais como objeto de análise**: imprensa e instrução pública. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12º ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 26 a 28 set 2013, Fortaleza (CE), 2013, p. 1119-1130.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 2009. 238p.

CAJAZEIRA, P. E. S. L; SOUZA, J. J. G. de; ANTONIUTTI, C. L. Os primeiros quatro meses da cobertura da pandemia da Covid-19 no Jornal Nacional. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, ano 8, v.8, n.1, jan-jun 2021, p. 172 a 191, ISSN 2359-375X. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/8-artigo-cajazeira-souza-antoniutti.pdf> Acesso em 09 out. 2023.

CANCLINI, N. G. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019.

CEARÁ, DECRETO Nº33.510, 16 de março de 2020. Decreta emergência em saúde dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo corona vírus. **Diário Oficial do Estado do Ceará**. Fortaleza, CE, 2020b.

CEARÁ, DECRETO Nº33.730, de 29 de agosto de 2020. Prorroga o isolamento social no estado do Ceará, renova a política de regionalização das medidas de isolamento social, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**. Fortaleza, CE, 2020f.

KRIPKA, R; SCHELLER, M; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental**: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas – Investigação Qualitativa na Educação, v. 2, p. 243-247, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/4>. Acesso em: 22 de set. 2024.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

RAMIRES, A. R. **Aulas suspensas por 15 dias**. Fortaleza, 16 de março de 2020. p.4

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SEIBEL, E. J. **Pesquisa Hemerográfica**. Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas. Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/> Acesso em 26 set 2023.

SILVA, A. S. da; MOTTA, L. G. **Representações políticas: disputas narrativas pelas estórias**. I Colóquio Semiótica das Mídias, Paraíba, 19 set. 2012. Disponível em: [http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm1/CSM1\\_AntonioSilva\\_LuizMotta.pdf](http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm1/CSM1_AntonioSilva_LuizMotta.pdf)

SANTOS, B.de S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

**Recebido em:** 20/10/2024

**Aprovado em:** 23/12/2024